



SOCIEDADE BREVE

Boaventura de Sousa Santos

# A 'desimaginação' do social

O social é o conjunto de dimensões da vida coletiva que não podem ser reduzidas à existência e experiência particular dos indivíduos que compõem uma dada sociedade. Esta definição não é neutra. Define o social pela negativa, o que permite atribuir-lhe uma infinidade de atributos que variam de época para época. É, por outro lado, uma definição eurocêntrica porque pressupõe uma distinção categorial entre o social e o indivíduo, uma distinção que, longe de ser universal ou imemorial, é específica da filosofia e da cultura ocidentais, e nestas só se tornou dominante com o racionalismo, o individualismo e o antropocentrismo renascentista do séc. XV, os quais viriam a ter em Descartes o seu mais brilhante teorizador. Tanto é assim que a máxima expressão desta filosofia - *cogito ergo sum*, "penso logo existo" - não tem tradução adequada em muitas línguas e culturas não eurocêntricas. Para muitas destas culturas a existência de um ser individual é não só problemática como absurda. É o caso das filosofias da África austral e do seu conceito fundamental de "ubuntu", que se pode traduzir por "eu sou porque tu és", ou seja, eu não existo senão na minha relação com outros. Os africanos não precisaram de esperar por Heidegger para conceber o ser como *ser com* (Mitsein).

Muito esquematicamente, podemos distinguir na cultura eurocêntrica que serviu de base ao capitalismo moderno dois entendimentos extremos do social. De um lado, o entendimento reacionário, que confere total primazia ao indivíduo e o concebe como um ser ameaçado pelo social. Os indivíduos, longe de serem iguais, são naturalmente diferentes e essas diferenças determinam hierarquias que o social deve respeitar e ratificar. Entre essas diferenças, duas são fundamentais: as diferenças de raça e as diferenças de sexo. No outro extremo está o entendimento solidarista, que confere primazia ao social e o concebe como o conjunto de regras de sociabilidade que neutralizam as desigualdades entre os indivíduos.

Entre estes dois extremos foram muitos os entendimentos intermédios, nomeadamente os entendimentos liberais (no plural), que viram no social o garante da igualdade dos indivíduos como ponto de partida, e os entendimentos socialistas (também no plural), que viram no social o garante da igualdade dos indivíduos como ponto de chegada. Entre estes dois entendimentos, por sua vez, foram possíveis várias combinações. Com as revoluções francesa e americana os dois últimos entendimentos passaram a ser os únicos legítimos no plano ideológico. Foi com base neles que se iniciou a luta contra a escravatura e contra a discriminação das mulheres.

No entanto, ao contrário do que se supõe, o entendimento reacionário da desigualdade natural/social entre os indivíduos sempre se manteve como corrente subterrânea. Até hoje. É intrigante que assim seja depois de dois séculos de lutas contra a desigualdade e a discriminação. Houve progressos? E, se houve, por que é que os retrocessos ocorrem recorrentemente e



La Decalcomania, pintura de René Magritte

“**O que designo por “desimaginação do social” é a imaginação antissocial do social. Segundo ela, numa sociedade de desigualdade natural/social entre os indivíduos, a responsabilidade coletiva pelos males da sociedade não existe**”

aparentemente com tanta facilidade? Estaremos hoje numa fase de retrocesso histórico em que o entendimento socialista se desfaz no ar e o liberal parece perigosamente ameaçado pelo entendimento reacionário. As respostas a estas perguntas dependem da consideração de vários fatores. Eu vou limitar-me a um deles e, por isso, assumo a partida que a minha resposta é incompleta.

O que o pensamento liberal designou por sociedade moderna democrática e o pensamento marxista por sociedade moderna capitalista foi de facto uma sociedade cujo modelo de desenvolvimento económico exigia dois tipos de exploração da força de trabalho: a exploração de seres humanos teoricamente iguais aos seus exploradores e a exploração de seres humanos inferiores ou sub-humanos. Daqui decorreram dois tipos de desvalorização do trabalho, uma desvalorização controlada porque regulada pelo princípio da igualdade, e por isso assente em direitos supostamente universais, e uma desvalorização mais intensa porque "natural", exercida sobre seres ontologicamente degradados, seres racializados e seres sexualizados, basicamente, negros e mulheres. O capitalismo não inventou nem o colonialismo (racismo, escravatura, trabalho forçado) nem o patriarcado (discriminação sexual) mas *resignificou-os* como formas de trabalho super-desvalorizado, ou mesmo não pago ou sistematicamente roubado. Sem essa super-desvalorização

do trabalho de populações tidas por inferiores não seria possível a exploração rentável da força de trabalho assalariado em que tanto liberais como marxistas se concentraram, ou seja, o capitalismo não se poderia manter e expandir de forma sustentada.

Mas, se assim foi, não terá sido apenas nos alvares do capitalismo? Em meu entender, não, e só o domínio do pensamento liberal e do pensamento marxista nos impediu de ver que desde o séc. XV, pelo menos, até hoje vivemos em sociedades capitalistas, colonialistas e patriarcais. Obviamente que ao longo dos séculos houve lutas e movimentos sociais que eliminaram algumas das formas mais selvagens de desvalorização humana, mas só o domínio daquelas duas formas de pensamento moderno foi capaz de nos criar a ilusão de que a eliminação dessa desvalorização seria progressiva e até acabaria um dia, mesmo sem o capitalismo acabar. Ledo engano. O que aconteceu foi a substituição real ou apenas jurídica de alguns instrumentos de desvalorização por outros ou a deslocação do exercício da desvalorização de um campo social para outro ou de uma região do mundo para outra.

Não ter isto em conta fez com que confundíssemos o fim do colonialismo histórico (de ocupação territorial por país estrangeiro) com o fim total do colonialismo, quando de facto o colonialismo continuou sob outras formas: neocolonialismo, colonialismo interno, imperialismo, racismo, xenofobia, ódio anti-imigrante e antirrefugiado, e, para espanto de muitos, a própria escravatura, como a ONU hoje reconhece. Da mesma forma que a discriminação contra as mulheres deixou de se manifestar no sufrágio eleitoral e nos direitos sociais, mas continuou sob as formas de pagamento desigual para trabalho igual, assédio sexual e violência, da doméstica ao gang rape e feminicídio. Esta cegueira analítica impediu-nos de dar relevo à composição etnocultural da força de trabalho desde o início, por exemplo, às diferenças entre trabalhadores ingleses e irlandeses ou entre trabalhadores de Castela e da Andaluzia.

Por que razão é este argumento mais facilmente aceite hoje do que há 20 anos? Em meu entender, isso deve-se ao facto de a atual fase do capitalismo

exigir hoje, talvez mais do que nunca, a super-desvalorização da força de trabalho e a submissão de vastas populações à condição de populações descartáveis, populações a quem se pode roubar o trabalho e sujeitar a trabalho forçado ou "análogo" a trabalho escravo; populações eliminadas por guerras onde só morrem civis inocentes, abandonadas à sua "sorte" em caso de acontecimentos climáticos extremos ou encarceradas, como acontece a boa parte da população jovem negra dos EUA. Estes factos devem-se à conjugação de dois fatores epocais e, portanto, de larga duração: as revoluções eletrónicas e digitais e o domínio global do capital financeiro, o setor do capitalismo mais antissocial por criar riqueza artificial com escassíssimo recurso à força de trabalho.

A super-desvalorização da força de trabalho e o carácter descartável de vastas populações estão hoje a ser ideologicamente respaldados pela reemergência do pensamento reacionário da desigualdade natural/social entre os indivíduos, o qual sempre se manteve como corrente subterrânea da modernidade ocidental. Ele reemerge sob formas tão diferentes que facilmente se disfarçam de desvios conjunturais ou idiosincrasias sem significado. Aflora no crescimento da extrema-direita europeia e do supremacismo branco nos EUA. Aflora na generalização da precariedade do trabalho assalariado e da transformação dos direitos dos trabalhadores em privilégios ilegítimos. Aflora em sentenças judiciais que invocam a Bíblia para justificar a inferioridade das mulheres. Aflora no aumento do trabalho escravo. E aflora, pasme-se, na relegitimação do colonialismo histórico, um fenómeno que pela sua aparente novidade merece uma referência especial. Não me refiro a políticos como o Presidente Nicolas Sarkozy, que em 2007 dissertou em Dakar sobre as vantagens do colonialismo para os povos africanos, cuja tragédia é não terem até hoje entrado plenamente na história. Refiro-me à justificação científica do colonialismo histórico e à sua invocação como solução para os "estados falhados" do nosso tempo.

Refiro-me ao artigo de Bruce Gilley, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Portland, publicado em 2017 na respeitada revista *Third World Quarterly* dedicada aos problemas pós-coloniais. O artigo, intitulado "The Case for Colonialism", defende o papel histórico do colonialismo e advoga que se volte a recorrer a ele para resolver problemas que os "Estados falhados" do nosso tempo não podem resolver. Mais especificamente, propõe três soluções: "Recomendar modos de governação colonial; reconstruir algumas áreas; criar novas colónias de raiz." A polémica que o artigo suscitou foi tão grande que o autor acabou por retirar o artigo (foi retirado da versão eletrónica da revista, mas pode ser lido na versão em papel). A minha suspeita é, no entanto, que o artigo, longe de ser apenas uma prova das deficiências do sistema de avaliação "anónima" de artigos científicos, é um sintoma da época, e a polémica que ele levantou não ficará por aqui.

O que designo por "desimaginação do social" é a imaginação antissocial do social. Segundo ela, numa sociedade de desigualdade natural/social entre os indivíduos, a responsabilidade coletiva pelos males da sociedade não existe. O que existe é a culpa individual daqueles que não querem ou não podem competir por aquilo que a sociedade nunca oferece e apenas concede a quem merece. Os que fracassam, em vez de apoiar-se na sociedade, devem apoiar-se nas religiões que por aí pregam a teologia da prosperidade e consolo para quem não prospera. A educação, em vez de criar a miragem da responsabilidade cidadã e da solidariedade social, deve ensinar os jovens a ser competitivos e saber que estão numa guerra de todos contra todos.

Se não é isto que queremos, é bom termos bem a noção do inimigo contra o qual temos de lutar com todas as forças democráticas, e sem complacência. JL